Notícias do dia 15 de abril

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 4 | Número de veículos: 4

TV ANHANGUERA / AF. TV GLOBO - GOIÂNIA - GO - JA 2ª EDIÇÃO
TCE - GO
TCE-GO suspende licitação por suspeita de sobrepreço 3

GOIÁS EM CENA - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
TCE-GO realizará inspeção junto ao Departamento Estadual de Transito de Goiás. 4

MPGO - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
MPGO e outras instituições compartilham experiências e boas práticas na proteção de dados pessoais em encontro promovido pelo TJGO
. 5

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
LGPD e sua aplicação no âmbito das instituições jurídicas é tema de evento no TJGO
. 6

TCE-GO suspende licitação por suspeita de sobrepreço

TAGS: **TCE**-GO, Governo de **Goiás**, Goinfra, Ronaldo Caiado

Multimídia:
http://midia.smi.srv.br/video/2024/04/15/TVANHANGUERAAFTVGLOBOGOINIAGO-19.30.33-19.35.22-1713220935.mp4

TCE-GO realizará inspeção junto ao Departamento Estadual de Transito de Goiás.

O **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE-GO**) vai realizar Inspeção junto ao Departamento Estadual de Trânsito do Estado de **Goiás** (DETRAN) para verificar a titularidade das verbas de honorários advocatícios.

O objetivo dos trabalhos é apurar a quem devem ser destinadas as verbas de honorários advocatícios decorrentes da representação jurídica do Detran. O procedimento foi autorizado pelo relator do processo no Tribunal, **Conselheiro Kennedy Trindade**, e o prazo para entrega do relatório final foi estabelecido para o dia 31 de julho deste ano.

Os trabalhos fazem parte do Sistema de Qualidade das Fiscalizações (SiQ) no âmbito da Secretaria de Controle Externo do **TCE-GO**. A equipe de fiscalização foi designada pela Portaria n° 25/2024, publicada no Diário Eletrônico de Contas. Participam do grupo os servidores Gabriela Martins Pádua e Gustavo Araújo Barros, sob a coordenação de André de Oliveira Navarro. Eles contarão com a supervisão do gerente de Fiscalização de Pessoal Marcelo Augusto Pedreira Xavier e a assessoria de Natália Mendes Valadares Soares.

Site: https://goiasemcena.com.br/tce-go-realizara-inspecao-junto-ao-departamento-estadual-de-transito-de-goias/

MPGO e outras instituições compartilham experiências e boas práticas na proteção de dados pessoais em encontro promovido pelo TJGO

O Ministério Público de **Goiás** (MPGO) participou na sexta-feira (12/4), no Tribunal de Justiça de **Goiás** (TJGO), de reunião sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), com o objetivo de compartilhar experiências e boas práticas. A instituição foi representada pelo promotor de Justiça Danilo Elias Pereira, encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais no MPGO e assessor jurídico-administrativo da Procuradoria-Geral de Justiça.

Além do MPGO e do TJGO, o encontro contou com a participação de representantes das seguintes instituições: Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 18ª Região, Justiça Federal em **Goiás** e **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**).

Durante a manhã, cada órgão apresentou as medidas adotadas para implementar e garantir o cumprimento da LGPD em suas respectivas instituições, assim como os desafios enfrentados. Além disso, foram mencionados os trabalhos desenvolvidos pelos participantes no contexto da proteção de dados.

Em sua apresentação, o promotor Danilo Elias Pereira destacou a composição do Comitê Estratégico de Proteção de Dados Pessoais e do Escritório de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do MPGO, evidenciando o compromisso da instituição com a aplicação da LGPD, além do progresso feito para cumprir a lei e a Resolução CNMP nº 281, de 12 de dezembro de 2023.

Por meio dos trabalhos desenvolvidos, demonstrou o avanço do órgão na implementação da norma e também ressaltou os esforços para realizar o mapeamento dos dados pessoais na instituição.

Durante a tarde, foram promovidos debates sobre temas específicos, visando à elaboração de um possível enunciado para um próximo evento sobre a Lei Geral de Proteção de Dados. Após dos debates, a responsabilidade pela relatoria dos temas foi distribuída entre os painelistas. (Edição de texto: Ana Cristina Arruda/Assessoria de Comunicação Social do MPGO, a partir de informações do Escritório de Proteção de Dados Pessoais - Fotos: Edmundo Marques e Lara Guimarães - TJGO)

Site: http://www.mpgo.mp.br/portal/noticia/mpgo-e-outras-instituicoes-compartilham-experiencias-e-boas-praticas-na-protecao-de-dados-pessoais-em-encontro-promovido-pelo-tjgo

LGPD e sua aplicação no âmbito das instituições jurídicas é tema de evento no TJGO

Por iniciativa do presidente do Tribunal de Justiça do Estado de **Goiás** (TJGO), desembargador Carlos França, foi realizado na sexta-feira (12), no Salão Nobre da Presidência, o encontro intitulado "Lei Geral de Proteção de Dados em **Goiás** (LGPD) - Compartilhando Experiências e Boas Práticas". Além de magistrados e servidores do TJGO que atuam na área de Tecnologia da Informação (TI), o evento reuniu representantes do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), do **Tribunal de Contas do Estado** de **Goiás** (**TCE**-GO), do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF - 1) e do Ministério Público do Estado de **Goiás** (MPGO).

Também participaram do encontro, pelo TJGO, o juiz auxiliar da Presidência e gestor de Tecnologia da Informação, Aldo Sabino; a juíza auxiliar da Presidência, Lidia de Assis e Souza; o juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ), Gustavo Assis Garcia; o diretor de TI, Anderson Yagi; o coordenador de Infraestrutura, Giuliano Silva de Oliveira; a assistente atuante na área de TI, Maria de Fátima da Silva; a encarregada de Dados, Marcela Faria Gil Presa; a assessora administrativa da Unidade de Gestão Documental (UGD), Heloísa Esses dos Reis; e os servidores Viviana Cristino Leandro da Silva e Pascoal Luiz da Costa Filho.

Após agradecer a presença de todos os participantes, Carlos França pontuou que a LGPD é uma normativa legal que precisa ser compreendida, efetivamente cumprida e observada. "Temos muito a aprender sobre o cuidado e proteção dos dados, uma temática tão importante, que envolve ações judiciais e o respeito ao sigilo das informações pessoais", destacou.

Abertura

Ao dar início aos trabalhos, pela manhã, o juiz Aldo Sabino afirmou que a iniciativa do TJGO, de buscar interagir com as instituições ali representadas para trocarem experiências relacionadas ao cumprimento das determinações contidas na LGDP, se revelou salutar, considerando se tratarem, todas, de instituições da área jurídica. Ele adiantou que o TJGO está totalmente comprometido com a temática e participará de todas as iniciativas que eventualmente sejam lançadas por outros órgãos para fomentar o debate, o conhecimento e as boas práticas afetas à LGPD.

"Essa interação é muito importante porque precisamos, todos, admitir e discutir nossas dificuldades para implementação dos procedimentos e ferramentas para a excelência institucional no cumprimento do que define a LGPD. Essencial trocar ideias, apresentar os desafios que cada um tem enfrentado em seu âmbito e sobretudo aqueles que foram superados, para que todos possamos tirar as melhores conclusões. O presidente Carlos França sempre nos orienta a tirar conclusões de eventos como esse para que, a partir disso, possamos aplicar efetivamente as lições que conseguirmos extrair a fim de executar nosso trabalho da melhor forma possível", pontuou.

Exposições

Na sequência, os representantes das instituições expuseram como esse processo tem se dado em seu âmbito, em que fase estão, as diversas experiências específicas, dificuldades, êxitos e, também, as iniciativas que se revelaram potentes o suficiente para servir de exemplos de sucesso para os parceiros.

O encontro sobre a LGPD teve continuidade no período da tarde, com momento para indagações, trocas de experiências, debates e conclusões dos participantes.

Nova cultura

Na oportunidade, o juiz Gustavo Assis Garcia, que é especialista em matéria de proteção de dados, observou que a LGPD controla os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade. "Existe um costume, herdado da época do processo físico, em que as pessoas manuseavam os processos e ali anotavam o que queriam. Hoje, estamos formando uma nova cultura, da necessidade de pesquisa e mineração dos dados", explicou o magistrado.

Ao fazer o encerramento do encontro, Aldo Sabino fez um resumo dos assuntos debatidos no encontro e que

seriam parte do conteúdo da redação sobre o evento. "Sintetizamos aqui assuntos relevantes, como a conexão da Lei de Acesso à Informação (LAI) com a LGPD para auxiliar o trabalho dos juízes no âmbito da proteção dos dados, gravação das audiências realizadas por advogados, sigilo de dados durante audiências, o endereço do formulário de cadastro do sistema eletrônico, a responsabilidade dos usuários internos das instituições do sistema de justiça na aplicação da LGPD e a solicitação de acesso aos autos", pontuou.

Também participaram do encontro, pelo TRT-18, o juiz encarregado de Dados, Cleber Martins Sales; o diretor de Segurança da Informação, Vinícius Graciano Elias, e os servidores Luiz Carlos Xavier Júnior e Fernando Silva de Queiroz Barreto. Pelo **TCE**-GO, o diretor de TI, Licardino Siqueira; a secretária-geral e encarregada de Dados, Ana Paula Rocha; o analista de Controle Externo, Giuliano Nascente de Castro; o chefe de Serviços, Leandro dos Santos.

Compareceram, ainda, pelo TRF-1, o diretor do Núcleo de TI, Renato Vieira Machado, e o supervisor de Modernização Administrativa, Ronaldo B. de Oliveira. Pelo MPGO, o promotor de justiça Danilo Elias Pergira e a assessora jurídica Thaís Alves de Castro. (Texto: Patrícia Papini e Carolina Samaha/fotos: Edmundo Marques e Lara Guimarães - Centro de Comunicação Social do TJGO)

Site:
https://www.tjgo.jus.br//index.php/institucional/centro-de-comunicacao-social/20-destaque/29088-lgpd-e-sua-aplicacao-no-ambito-das-instituicoes-juridicas-e-tema-de-evento-no-tjgo